



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 10 de Dezembro de 2019

Educação completa dez anos de estagnação no Brasil

As principais medidas para a educação apresentadas até agora pelo governo não parecem ter o poder de mudar o quadro ruim

Novo levantamento do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) mostra que a educação está estagnada no Brasil há pelo menos dez anos. Na defensiva, o governo de Jair Bolsonaro apressou-se em dizer que nada tem a ver com o desempenho ruim dos estudantes, uma vez que as notas referem-se a 2018. O ministro da Educação, Abraham Weintraub garantiu que “2019 será o ponto de inflexão” e que assumirá “integralmente a responsabilidade” se os números não melhorarem nas próximas avaliações.

A questão de fato não é procurar culpados e sim buscar mudar esse quadro lamentável, que é legado ao governante de plantão, quer tenha sido ele responsável ou não pela situação, com repercussão direta na gestão do país e no desenvolvimento e produtividade da economia. A estagnação da educação foi o principal motivo para a queda do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU, em 2018. O país caiu do 78º para o 79º lugar entre 189 examinados. A expectativa de tempo de permanência na escola está estacionada em 15,4 anos desde 2016, enquanto a média efetiva de anos de estudo ficou em 7,8 anos, mesmo patamar de 2017.

O teste feito pelo Pisa no ano passado mostrou que a posição do Brasil praticamente não saiu do lugar desde 2009, nas três áreas avaliadas. O país ficou em 57º lugar em leitura, entre 77 países examinados; em 66º em ciências entre 78 avaliações; e em 70º em matemática, a

pior posição, entre 78. A prova foi feita em 79 países e regiões, incluindo membros e associados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Cerca de 600 mil estudantes foram testados no mundo todo, dos quais 10,7 mil brasileiros. Desses, 43% ficaram abaixo do nível mínimo de conhecimentos nas três áreas. Segundo os avaliadores do Pisa, menos de um terço dos estudantes brasileiros conseguem identificar situações do dia a dia que podem ser convertidas em operações matemáticas simples, como a comparação de preços em moedas diferentes.

Metade não alcançou o nível mínimo para leitura, o que significa que eles têm problemas para interpretar informações, identificar a ideia principal de um texto, refletir sobre o conteúdo exposto, além de ler notícias. A média entre os países mais desenvolvidos é de 77%. Nada menos que 55% chegaram até o nível 2 em ciências, falhando em identificar se uma conclusão nessa área é válida a partir dos dados apresentados. O Pisa também evidenciou o efeito perverso que a educação deficiente das escolas públicas tem no aumento da desigualdade.

As principais medidas para a educação apresentadas até agora pelo governo não parecem ter o poder de mudar o quadro. Entre elas o ministro Weintraub destacou a aplicação da Nova Política Nacional de Alfabetização e do Future-se, o investimento em ensino integral e em escolas cívico-militares. Na outra direção, o governo cortou despesas na área, afetando instituições federais e a concessão de bolsas de mestrado e doutorado.

Reportagem do Valor (18/10) sustenta que há uma falsa polêmica sobre se o Brasil investe muito ou pouco em educação. Em relação ao PIB, o número é grande,





de 5,4%, em comparação com os 4,8%, da média dos países da OCDE. Mas na relação investimento por aluno, o Brasil gasta US\$ 3,8 mil, um terço dos US\$ 10,1 mil da média da OCDE. Há quem questione a necessidade de se aumentar o investimento em educação, argumentando que ele triplicou neste século, mas o resultado não melhorou. Outro argumento é que países que investem menos do que o Brasil, como Turquia e México, têm desempenho melhor no Pisa.

Os especialistas lamentam a ausência de um projeto de longo prazo, focado na valorização da carreira de professor, responsável último por ligar o conteúdo didático à vida prática.

A mudança na demografia vai afetar esse cenário. Nos próximos 40 anos, a população até 20 anos vai cair 43%, para 45,5 milhões de pessoas, o que reduzirá a necessidade de escolas e professores. O sistema de educação básica será um terço menor. Se a previsão se confirmar e mantido o volume de recursos para a área, o valor do investimento por aluno será naturalmente maior, os salários podem melhorar e os professores poderão ser mais selecionados. Como revelou estudo de Ricardo Paes de Barros, os pretendentes à licenciatura têm as menores notas entre os que procuram um lugar na universidade (FSP, 5-12). É preciso melhorar urgentemente sua qualificação.

IDH força Bolsonaro a rever posturas

Manter o MEC na luta ideológica e retardar reformas prejudicam o desenvolvimento humano

Entre a série de indicadores que acompanham a situação econômica e social dos países, o de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelos economistas Amartya Sen, indiano, prêmio Nobel de 1998, e o paquistanês Mahbub al Huq, contorna o universo exclusivo da produção, para acompanhar a evolução da saúde, da escolaridade e da renda das populações.

O IDH, de responsabilidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), capta segmentos estratégicos das sociedades, só refletidos no PIB de maneira muito indireta.

E o IDH do Brasil, divulgado no domingo, é coerente com a conjuntura de dificuldades por que tem passado o país, entre a recessão e a estagnação de 2014 em diante. Pelo menos, cinco anos de dificuldades.

Apenas agora, no segundo semestre de 2019, evidências de alguma retomada do crescimento começam a ficar mais fortes. Há, porém, muito terreno perdido a recuperar

— na produção e, por decorrência, em áreas ditas sociais. Um desemprego persistente acima dos 12 milhões de pessoas gera muitos efeitos colaterais negativos.

Há um acúmulo de erros e distorções que estão refletidos na evolução do IDH. O governo Bolsonaro recebe esta herança negativa e terá de equacioná-la.

De 2013 ao ano passado, o índice brasileiro perdeu

três posições. De 2017 a 2018, em um ranking de 189 países, o Brasil retrocedeu do 78º lugar para 79º, com um IDH de 0,761 (quanto mais próximo de 1, melhor o estágio de desenvolvimento humano).

Ficou aquém de Rússia, Argentina e Chile, num ranking em que nas três últimas colocações estão Chade, República Centro-Africana e Níger. Muito distantes da Noruega e Suíça, os IDHs mais elevados.

Os dois fatores que explicam a queda do IDH brasileiro a partir de 2013 são a estagnação da escolaridade e má distribuição de renda. Quando o IDH é ajustado considerando apenas a desigualdade de renda, o Brasil cai 23 posições.

Em reação esperada, o governo Bolsonaro culpou as gestões petistas. Mais importante é saber o que fará contra uma área de educação estagnada e para reduzir os grandes desníveis de renda.

No primeiro caso, precisará que o Ministério da Educação saia do rumo que lhe dá o ministro Abraham Weintraub, mais preocupado em converter o MEC em plataforma de guerra ideológica.

Para a questão da má distribuição de riquezas, Bolsonaro não poderá conter o andamento das reformas, como acaba de fazer. Há medidas no ajuste fiscal e na reformado Estado que podem abrir espaço para a execução de políticas sociais mais efetivas. Se esta reforma da Previdência não pôde avançar muito na redução das injustiças nos benefícios do funcionalismo público, fator de concentração de renda, medidas paralelas podem ser tomadas nesta direção. Essencial é que Bolsonaro tenha esta consciência.

Maioria da população considera justa a soltura de Lula, diz Datafolha

54% dos entrevistados aprovam e 42% condenam libertação do petista, que tem mais apoio no Nordeste, entre jovens e menos escolarizados

Felipe Bächtold

SÃO PAULO A maioria da população considerou justa a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início de novembro, aponta a mais recente pesquisa Datafolha.

De acordo com o levantamento, 54% dos entrevistados entendem que a libertação do petista foi justa, ante 42% que a consideram injusta. Disseram não saber 5% dos entrevistados.

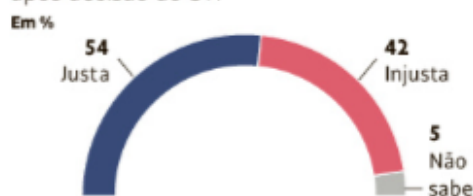
A pesquisa ouviu 2.948 pessoas entre os dias 5 e 6 de dezembro, em 176 municípios pelo país. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Lula deixou aarceragem da Polícia Federal em Curitiba no dia 8 de novembro, depois de cumprir 19 meses da pena por condenação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá (SP).

O processo ainda tramita na Justiça, e o ex-presidente tem parte da pena pendente.

54% consideram justa a soltura do ex-presidente Lula

Opinião sobre a soltura de Lula após decisão do STF



Apoio ao petista é maior no Nordeste e entre os mais pobres

Consideram justa, em %



O petista pôde voltar à liberdade graças à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que mudou antigo entendimento da corte e considerou inconstitucional a prisão de réus condenados que ainda tenham recursos pendentes em cortes superiores, como é o caso de Lula.

Ele permanece, no entanto, com base na Lei da Ficha Limpa, impedido de disputar eleições — já que foi condenado em segunda instância.

Na pesquisa, o Datafolha também questionou os entrevistados sobre se eles confiam nas declarações do ex-presidente.

Os que dizem não confiar nunca em Lula somam 37%, enquanto outros 25% afirmam que sempre confiam. Afirmam que às vezes têm confiança no que fala o ex-presidente 36%.

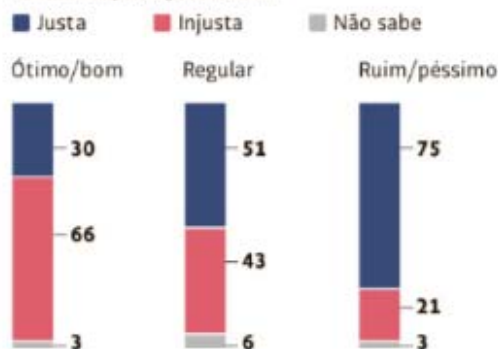
O Datafolha também perguntou aos entrevistados sobre o grau de confiança em declarações de Jair Bolsonaro.

O resultado foi mais desfavorável ao atual presidente: 43% disseram nunca confiar no que Bolsonaro diz e outros 37% afirmam que às vezes confiam. Disseram confiar sempre 19%.

Há duas semanas, Lula teve confirmada em segunda instância outra condenação, no caso do sítio de Atibaia (SP). A pena foi ampliada para 17 anos e 1 mês de prisão. Também nesse caso, ele poderá aguardar em liberdade a tramitação dos recursos.

Quem aprova o governo Bolsonaro tende a considerar a soltura injusta

Opinião sobre a soltura de acordo com a avaliação do governo, em %



29% dos que votaram em Bolsonaro acham que a soltura foi **justa**

13% dos que votaram em Fernando Haddad consideram **injusta**

Efeito similar acontece com quem tem visão mais otimista da economia

Opinião sobre a soltura de acordo com a visão sobre a crise econômica no Brasil, em %



O processo do tríplex já teve mérito julgado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de segunda instância, e no Superior Tribunal de Justiça, que reduziu em abril a pena para 8 anos, 10 meses e 20 dias de prisão.

A decisão do Supremo Tribunal Federal que permitiu a soltura de Lula e de outros condenados na Lava Jato, como o ex-ministro José Dirceu, ocorreu em meio a um ambiente político de contestação à Operação Lava Jato na esteira da revelação de conversas de autoridades envolvidas na investigação, como o ex-juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol.

Os diálogos divulgados pelo site The Intercept Brasil e por outros veículos, como a Folha, mostraram proximidade entre o então juiz e os procuradores, o que incluiu a indicação de uma testemunha pelo magistrado, a sugestão de ordem de deflagração de fases da operação e a recomendação de troca de uma procuradora em audiência.

A defesa de Lula tenta anular os processos, argumentando que Moro — hoje ministro da Justiça de Bolsonaro — não tinha a imparcialidade necessária para julgá-lo.

O apoio ao ex-presidente, no recorte por faixas da população, é maior entre os jovens de 16 a 24 anos e entre os entrevistados com escolaridade de nível fundamental, faixas em que 61% consideram justa a soltura.

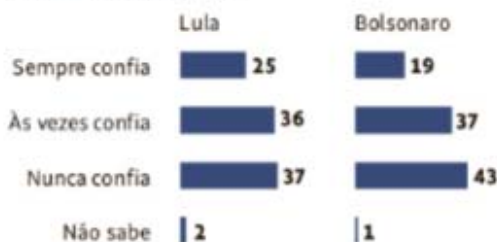
A tendência se inverte nos segmentos de alta renda. A reprovação à libertação chega a 59% entre quem tem renda salarial mensal acima de dez salários mínimos.

Na divisão por regiões, o respaldo ao ex-presidente é maior no Nordeste, onde 71% dos entrevistados afirmaram que a libertação é justa.

No Sul e no Sudeste, a corrente que entende que a saída da cadeia é injusta es-

Entrevistados confiam mais em Lula que em Bolsonaro

Confia nas declarações, em %



Em pesquisa de julho, maioria disse concordar com a condenação do petista

Opinião sobre o julgamento que o levou à cadeia, em % (4 e 5 jul)



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

tá numericamente à frente, por 49% a 47%, mas dentro do limite da margem de erro.

Na comparação com pesquisas feitas anteriormente pelo Datafolha sobre a prisão do petista, os números indicam uma mudança favorável ao ex-presidente, em que pese a formulação das perguntas ter mudado nesses levantamentos.

Em julho deste ano, já após as primeiras reportagens do Intercept, o Datafolha questionou os entrevistados a respeito da condenação de Lula no caso tríplex. Disseram que a decisão era justa 54%, ante 42% que a consideravam injusta.

Em abril de 2018, logo depois de o ex-presidente ser preso em decorrência da condenação, a prisão também era considerada justa por 54% dos eleitores ouvidos.

Ao mesmo tempo em que mostrou números positivos para o petista, a pesquisa feita pelo instituto neste mês apontou também apoio ao trabalho do ex-juiz e hoje ministro da Justiça Sergio Moro.

O levantamento o coloca como o mais popular ministro do governo federal, com avaliação ótima/boa de 53% dos entrevistados.

O trabalho do atual presidente é considerado ótimo/bom por 30%.

Após deixar a cadeia, Lula retomou sua rotina de participação em eventos do PT e de declarações sobre a conjuntura política.

O ex-presidente promoveu um ato ao lado da sede da Polícia Federal, em Curitiba, e fez viagens para o Nordeste e para o Rio de Janeiro, nas quais manifestou uma série de críticas a medidas do governo Bolsonaro, principalmente na gestão da economia.

Ao chegar, no dia seguinte à soltura, a São Bernardo do Campo (SP), seu berço político e onde reside, discursou para militantes, defendeu as manifestações de rua no Chile e afirmou que seu adversário político governa para milicianos.

O ex-presidente Lula também é réu em outras seis ações penais no Paraná, São Paulo e Distrito Federal. Na semana passada, foi absolvido na ação penal do chamado "quadri-lhão do PT", no DF, junto com a ex-presidente Dilma Rousseff e os ex-ministros Antonio Palocci Filho e Guido Mantega.

O Brasil perde posição no IDH

O Brasil voltou a cair no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, que mede o bem-estar da população com base em indicadores de saúde (expectativa de vida ao nascer), educação (anos esperados de escolaridade e média de anos de estudo da população adulta) e renda nacional bruta per capita. Com um aumento de apenas 0,001 em relação ao ano anterior, o Brasil passou da 78.^a para a 79.^a colocação, entre 2017 e 2018, num total de 189 países avaliados. Quanto mais próximo o IDH for de um, maior é o desenvolvimento humano. O tema do IDH deste ano foi Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no século 21.

O primeiro colocado no ranking geral de IDH foi a Noruega (0,954), seguida pela Suíça (0,954) e pela Irlanda (0,942). Os três últimos colocados foram Chade (0,401), República Centro-Africana (0,381) e Níger (0,377). Na América do Sul, a primeira posição foi ocupada pelo Chile (0,847), seguido pela Argentina (0,830) e pelo Uruguai (0,808). Com IDH de 0,761, o Brasil ficou na quarta colocação, ao lado da Colômbia.

Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o relatório afirma que, embora o Brasil tenha registrado avanços acentuados entre 1990 e 2013, nos anos seguintes apresentou resultados pouco expressivos. Entre 2013 e 2018, o Brasil perdeu três posições no ranking, todas elas pelo mesmo motivo: a estagnação dos indicadores de qualidade da educação em patamares muito baixos.

Esse é um problema antigo, decorrente das desastrosas políticas educacionais adotadas ao longo das décadas de 2000 e 2010. Sem foco, sem prioridade e sem linha de continuidade, os governos desse período agitaram bandeiras muito mais vistosas do que eficazes, ora colocando o ensino superior à frente do ensino fundamental, ora acenando com o fortalecimento do ensino médio, quando deveria cuidar mais de objetivos elementares, como o ensino de português, matemática e ciência.

Os números do IDH mostram o impacto, sobre as

novas gerações, dos graves equívocos cometidos no campo da educação brasileira. O período esperado para que os brasileiros fiquem na escola está parado em 15,4 anos desde 2016. Além disso, a média do tempo de estudo da população adulta ficou em apenas 7,8 anos – a mesma desde 2017.

Associado à questão da baixa qualidade do sistema de ensino do País, outro ponto preocupante apontado pelo IDH diz respeito às profundas desigualdades da sociedade brasileira. Uma delas é a de renda: os 10% mais ricos detêm 41,9% da renda total do País. É a segunda maior concentração de renda em todo o mundo, ficando atrás apenas do Catar.

Além das diferenças regionais e de renda, o Pnud de 2018 chama a atenção para outras desigualdades que estão surgindo, aprofundando as diferenças entre pobres e ricos. “Sob a sombra da crise climática e das amplas mudanças tecnológicas, as desigualdades estão assumindo novas formas no século 21. A crise climática já está atingindo os mais pobres, enquanto os avanços tecnológicos, como inteligência artificial, podem deixar para trás grupos inteiros de pessoas e até mesmo de países”, afirma o relatório. Quando essas desigualdades são levadas em conta na classificação geral do IDH, o Brasil perde 23 colocações. É o país que mais perde posições, seguido por Camarões.

Nos demais indicadores, o País registrou melhorias muito tímidas. No campo da saúde, a expectativa de vida ao nascer passou de 75,5 para 75,7 anos. Já a renda nacional bruta per capita subiu de US\$ 13.975 para US\$ 14.068. Os dados do IDH apontam, assim, a complexidade dos problemas nacionais.

Após a divulgação desses dados, a Casa Civil da Presidência da República soltou nota oficial, na qual atribui aos “governos petistas” a responsabilidade pela queda do Brasil no ranking do IDH. Não disse, porém, o que o governo Bolsonaro já fez de concreto no mandato, especialmente no campo da educação, para reverter esse quadro.

Injustiça e desigualdade

O Brasil ficou na 79.^a posição geral e na quarta da América do Sul no IDH, atrás de Chile, Argentina e Uruguai, mas a pior notícia não é essa, é o pódio da desigualdade. O índice brasileiro vai melhorando devagar, mas continua péssimo e sem reduzir o gap triste e vexaminoso entre os mais pobres e os mais ricos. Simplesmente 1/3 da renda vai todinha para apenas o 1% de mais ricos.

Os avanços foram mais acentuados de 1990 a 2013, até que a crise Dilma Rousseff, com todos os seus fatores, estancou esses avanços. Em 2018, a melhora foi de um milésimo no IDH. O que puxou o freio foi a educação. Alguma surpresa? E há uma grande previsão de melhora?

Ao lado disso, a confirmação agora, como ocorre ano após ano, de que as mulheres estudam mais, mas ganham menos que os homens. Muito menos, aliás, em torno de 41,5%. Novamente, há alguma surpresa? E há uma grande previsão de melhora?

O principal alerta sobre o significado de tudo isso está aqui perto, no Chile. Considerado um oásis, com bons indicadores econômicos, políticos e sociais, o país ficou novamente em primeiro lugar no IDH na região. Então, há alguma coisa fora de lugar. Se o país tem o melhor IDH e indicadores tão elogiados, por que pipocaram manifestações

gigantescas contra tudo?

A resposta, não científica, mas compartilhada pelos meios acadêmicos e diplomáticos tanto do Chile quanto do Brasil, é essa: o país vai bem, mas as pessoas não tanto. A renda é alta, a divisão é precária. E, atenção, quanto mais a sociedade tem informação, serviços adequados e suas reivindicações atendidas, mais ela fica exigente.

Afinal, informação é poder. Se as pessoas têm mais acesso a escola, a saúde, a habitação e aos seus direitos, mais ela acha que pode conseguir. E está certa. Daí a pressão. E daí o temor no Brasil de que a onda de protestos no Chile venha cruzando fronteiras e desembarque por aqui. Esse temor é reforçado pelo ambiente geral na região. Também vivem graves conflitos de rua Colômbia, Bolívia e Equador, sem falar na Venezuela, um caso perdido. E há troca de governo na Argentina e Uruguai.

É instigante que os protestos não perdoem os regimes nem de direita (Colômbia) nem de esquerda (Bolívia). O “povo” não quer saber desse mimimi de direita e de esquerda. Quer direitos e serviços: educação, saúde, habitação, transporte, emprego, dinheiro no bolso – e inclusão social.

No Chile, todas as forças políticas, exceto o Partido Comunista, se reuniram para tentar entender o que está acontecendo e providenciar uma reação

consistente à sociedade. O manifesto dessa nova “Concertación”, “pela democracia”, acena com uma resposta ao “clamor dos cidadãos”, um “acordo social” e uma “nova era”, avançando com a atualização da Constituição.

No Brasil, pego de surpresa, como todos os demais, por essas ondas de rebelião ao seu redor, a questão é tratada superficialmente, só pelo ângulo da repressão. Ou melhor, como caso de polícia, de tropas do Exército ou até mesmo de AI-5.

O correto, porém, é passar os olhos pelo manifesto chileno e focar num parágrafo sobre o “bom momento” para reformas sociais e econômicas que possam “outorgar justiça e maior igualdade de oportunidades, ajudando aqueles que necessitam da presença de um Estado solidário, de bem-estar e seguridade social”. Esse é o pulo do gato.

É arregaçar as mangas, lá, como cá, para que o Estado deixe de servir às castas estatais e privadas e passe a se voltar para o interesse da maioria, para aqueles que realmente precisam do Estado. Reformas já! Mas não só enxugando os privilégios de quem não precisa, mas garantindo direitos para quem precisa. O começo de tudo é a Educação.

IDH toca na maior ferida do Brasil: a desigualdade social. País rico, cidadãos pobres

TV Escola passa série que propõe revisão histórica

Gregory Prudenciano Isabela Palhares

A TV Escola, emissora de sinal aberto, exibe nesta semana a série com cinco episódios Brasil: A Última Cruzada, da produtora Brasil Paralelo, que faz uma revisão da história do País, ouvindo simpatizantes da monarquia e Olavo de Carvalho. A iniciativa foi comemorada nas redes bolsonaristas.

A produtora Brasil Paralelo, surgida em 2016, vai transmitir uma de suas séries na TV Escola, de sinal aberto. Dividida em cinco episódios, Brasil: a Última Cruzada já no episódio inicial traz uma entrevista do “guru de Bolsonaro”, o ideólogo Olavo de Carvalho.

No site da produtora, a série, lançada na internet em 2017, é definida como “o maior resgate histórico já produzido no País”. No Twitter da TV Escola, está a informação de que a Brasil Paralelo cedeu a série para que o canal a exibisse. A TV anuncia que os episódios iriam ao ar até sexta-feira, sempre às 21 horas. “Nossos documentários são gratuitos, qualquer um pode reproduzi-los e ficamos felizes quando decidem fazê-lo, não faz sentido impedir. A Brasil Paralelo não recebe nenhum centavo de dinheiro público, 100% da nossa receita

vem das assinaturas dos membros”, informou a produtora no Twitter.

A TV Escola é um canal de televisão gerido pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que se apresenta como uma organização social independente, de direito privado. Chegou a fazer parte do Ministério da Educação, mas desde 2015 mantém apenas contrato de gestão com o MEC para produção de conteúdo e gestão operacional.

Procurada, a Acerp disse que a decisão de transmitir o documentário foi tomada em reunião de pauta entre as áreas de programação, produção e direção, levando em consideração o

“objetivo de diversificar a programação”. Ao ser questionada pelo Estado se o MEC ainda tem interferência na programação – considerando currículo das escolas e cursos de graduação –, informou que o ministério é quem deveria responder. Já o MEC disse que a TV Escola tem independência.

O Estado apurou que a escolha dos materiais a serem veiculados é feita pelo conselho da associação, sem a necessidade da avaliação de educadores. A autonomia era vista como uma forma de impedir que materiais

fossem censurados, mas há um temor de que a ausência de uma avaliação possa permitir a veiculação de materiais sem qualidade pedagógica.

Para a historiadora Maria Aparecida de Aquino, professora da USP, a ausência de regras para a definição da programação de um canal educativo tem como objetivo evitar a “asfixia” e censura dos conteúdos, mas exige uma posição responsável de quem os seleciona. “É bastante preocupante veicular em um canal de sinal aberto, voltado para estudantes e professores, um material sem comprovação histórica, sem documentos que possam dar embasamento a essa visão.”

A produtora diz em seu site que a série pretende “desenterrar o nome dos grandes homens na nossa história” e “ajudar a devolver a história que nos foi negada”. A produção ajudou a dar projeção ao recém-nomeado presidente da Biblioteca Nacional, Rafael Nogueira, filósofo e professor conhecido em canais de YouTube da direita bolsonarista e contrário ao republicanismo brasileiro que derrubou a monarquia em 1889.

A iniciativa foi criticada, mas também comemorada nas redes sociais. “Teremos Olavo de Carvalho na TV aberta. Grande dia”, comemorou Allan dos





Santos, blogueiro bolsonarista criador do site Terça Livre. Um dos principais entusiastas da produtora é o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que quando era cotado para assumir a Embaixada em Washington dizia estudar História com as séries da Brasil Paralelo. “Temos uma lindíssima história e ela há de ser recuperada. Agora: Brasil Paralelo na TV Escola”, disse ele, ontem, em seu Twitter.

Influência. Com forte influência no alto escalão do governo Bolsonaro, Olavo conseguiu indicar muitos nomes para o MEC no início da gestão. Após uma série de polêmicas e muitas críticas, o ideólogo perdeu a maioria dos indicados. Atualmente, tem apenas um deles no alto escalão, o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim.

Governo quer vale-creche no Bolsa Família

Adriana Fernandes Renato Onofre / BRASÍLIA

O governo negocia uma forma de incluir no Orçamento de 2020 valor para o pagamento de um vale-creche, como parte do projeto de reformulação do programa Bolsa Família – que está sendo coordenado pela Casa Civil. O voucher permitiria aos beneficiários do programa pagar o custo de uma creche.

A ideia do governo é buscar espaço no Orçamento do ano que vem para aumentar os recursos para o Bolsa Família, que pode ter a inclusão também de um benefício para jovens de até 21 anos.

Como o Estado mostrou no sábado, a ideia é dividir o programa em três: benefício cidadania,

dado às famílias de baixa renda; benefício primeira infância, para crianças de até 3 anos; e benefício a crianças e jovens, contemplando jovens de até 21 anos. Além disso, poderá ser criado um extra para valorizar a “meritocracia”: seria um prêmio para crianças que tivessem sucesso em olimpíada de

conhecimento, fossem aprovadas na escola ou se destacassem no esporte.

O relator do projeto de lei orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE), já participou de reunião com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, integrantes dos Ministérios da Economia, Educação e Cidadania.

Ao Estado, ele disse que é “sensível” à demanda de ampliar o Bolsa Família, mas afirmou que o teto de gastos (regra prevista na Constituição que impede o crescimento dos gastos acima da inflação de um ano para outro) é um limitador para inclusão de mais recursos.

O governo ainda não apresentou ao relator de onde podem sair os recursos extras para bancar a reformulação do Bolsa Família. A previsão de R\$ 29,5 bilhões em 2020 não cobre até mesmo o pagamento do 13.º no benefício, promessa do presidente Jair Bolsonaro.

“Preciso entender o que é o aumento, mas sou muito sensível a atender o que é possível”, disse

Neto, que admitiu que a negociação agora na véspera da apresentação do relatório poderá ficar “um pouco prejudicada”. O relator pretende apresentar seu relatório no próximo domingo para votação na terça-feira seguinte na Comissão Mista de Orçamento.

“O governo ainda não terminou o projeto completo de reformulação. Tem algumas ideias gerais e algumas muito positivas”, disse o relator. Segundo ele, o Orçamento, que passa a ser impositivo a partir de 2020, vai representar uma “virada de chave” na relação do Congresso com a gestão orçamentária e prioridades de projetos.

Um das propostas para bancar o novo Bolsa Família é cortar os incentivos fiscais como o desoneração da cesta básica e da folha de pagamentos das empresas, que termina no final do ano que vem. O governo também quer insistir com proposta de redução do abono salarial. Já foi proposta para o governo adotar o voucher para as creches por meio do Fundeb, fundo para a educação básica cujos recursos não estão sujeitos ao teto de gasto.

Educação contra a desigualdade



Ana Maria afirmou que governo debaterá resultados do Relatório da ONU

RDH mostra que 1% dos mais ricos ficam com 28,3% da renda total. Secretária executiva do Ministério da Cidadania afirma que o governo enfrentará esse desequilíbrio

» MARIA EDUARDA CARDIM

Após reconhecer as desigualdades do Brasil indicadas no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), divulgado ontem, o governo federal, representado pela secretária

executiva do Ministério da Cidadania, Ana Maria Pellini, indicou que o país estará focado na correção desses desequilíbrios nos próximos anos do governo Bolsonaro. Ela acredita que a educação é a solução para uma sociedade mais equilibrada, e ainda afirmou que o Executivo estuda uma reformulação nos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

De acordo com o RDH, a concentração da renda no Brasil continua sendo uma das mais altas do mundo. No Brasil, 1% dos mais ricos ficam com 28,3% da renda total do país. É a segunda maior concentração de renda do mundo

nesta parcela da população. O Brasil está atrás apenas do Catar, onde 1% dos mais ricos concentram 29% da renda.

Ana Maria afirmou que o governo debaterá os resultados do relatório, acrescentando ser necessário criar estratégias para que essa população afetada pela desigualdade não viva apenas de programas de transferência de renda. “O governo estuda uma reformulação nos programas de transferência de renda para que a gente possa ter portas de saída pra todo mundo”, afirmou a secretária aos jornalistas na apresentação do relatório, em Brasília.

Ela explicou que o foco seria trabalhar com as famílias que recebem o Bolsa Família, por exemplo, para que tenham oportunidade de saída desses programas e possam conseguir uma vida melhor por “meios próprios”. No entanto, Ana Maria garantiu que as pessoas que necessitam terão sua bolsa garantida. “Sempre haverá aquele que precisará do governo, mas, quanto menor esse número, melhor”, ressaltou.

A secretária executiva afirmou que a educação é vista como uma saída para equilibrar o país. “Todos os países que conseguirem vencer essa desigualdade se utilizaram da educação de qualidade. Por isso, este é um mantra neste governo. Esse





é o caminho. Não se conhece outro para trazer toda a população para um patamar mais igualitário”, completa.

Políticas sociais

A professora do Departamento de Serviço Social e do Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), Priscilla Andrade, avalia que o governo não deveria se preocupar com a saída de famílias desses programas, mas sim em discutir políticas sociais mais robustas e a concentração de renda.

Para a doutora em política social, é preciso reformular o sistema tributário. “Nós não temos um processo de distribuição de renda via tributação. Temos uma tributação regressiva. É preciso taxar grandes fortunas e lucros das empresas”, aponta.

Ministério normatiza ensino médio integral

O Ministério da Educação estabeleceu novas diretrizes, parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). A Portaria com as novas diretrizes está publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

Segundo o texto, o programa tem como objetivo apoiar a ampliação da oferta de educação de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos estados e do Distrito Federal, por meio da transferência de recursos às secretarias estaduais e distrital de educação que participarem do programa e o desenvolverem de acordo com as diretrizes. O EMTI terá duração de 10 anos, a partir da adesão, considerando implantação, acompanhamento e mensuração de resultados alcançados.

São consideradas elegíveis para o programa as escolas que tiverem mínimo de 40 matrículas no primeiro ano do ensino médio, de acordo com o Censo Escolar mais recente; alta vulnerabilidade socioeconômica em relação à respectiva rede de ensino, considerando o indicador socioeconômico desagregado por escola; escolas de ensino médio em que mais de 50% dos alunos tenham menos de 35 horas semanais de carga horária, de acordo com o último Censo Escolar; e não ser participante do Programa.